



ID: 116868677

28-04-2025

# Fantasia, diz o FMI sobre os números da AD



Ricardo Paes Mamede

O cenário da AD é a versão económica da fada sininho, das histórias de Peter Pan: “se acreditares com muita força, tudo se realiza”

O FMI publicou há dias as suas projecções actualizadas para o crescimento económico mundial. Para Portugal, o Fundo prevê agora que o PIB cresça 2,0% em 2025 e 1,7% em 2026, mantendo este ritmo nos anos seguintes. Estas previsões revêem em baixa as anteriores, levando em consideração o aumento da incerteza associada às tensões geopolíticas e comerciais. Comparando com outras projecções recentes, o FMI mostra-se menos optimista no curto prazo, mas não se distancia muito no horizonte de médio prazo: por exemplo, o Banco de Portugal aponta para crescimentos do PIB de 2,3% em 2025, 2,1% em 2026 e 1,7% em 2027; e o Conselho de Finanças Públicas para 2,2%, 2,0% e 1,6%, respectivamente.

Por contraste, no seu programa eleitoral a AD promete um futuro radioso: Portugal crescerá a um ritmo anual sempre superior, e cada vez mais distante do projectado pelas instituições referidas, a saber: 2,4% em 2025, 2,6% em 2026, 2,9% em 2027 e uns notáveis 3,2% nos anos seguintes.

Parece milagre, mas segundo os dirigentes da AD não o é: o segredo está nas “reformas” que o seu programa eleitoral prevê e que, asseguram-nos, terão efeitos profundamente transformadores sobre a economia nacional. A ideia não é original, como sabemos. As “reformas estruturais” foram a grande promessa do programa de ajustamento trazido pela *troika* e implementado pelo governo PSD/CDS entre 2011 e 2015. Na verdade, o apelo às reformas estruturais vem de trás, inspirado e incentivado por instituições internacionais, como o FMI, o Banco Mundial, a OCDE, entre outras.

As reformas em causa incluem medidas como: a privatização e a desregulação de vários sectores de actividade; menores restrições à contratação e ao despedimento de trabalhadores; a redução do montante ou da duração dos subsídios de desemprego; ou a redução dos impostos sobre os rendimentos.

O que a literatura económica disponível nos diz sobre este tipo de reformas é que os seus impactos são muito variáveis. Nuns casos, os efeitos positivos fazem-se sentir mais no PIB, noutros no volume de emprego, noutros ainda na produtividade. Grande



parte destas reformas tem impactos negativos na distribuição de rendimentos, tornando as sociedades que as implementam mais desiguais, por vezes pondo até em causa a sua sustentabilidade política. Há efeitos que se sentem no curto prazo, outros que podem demorar décadas a realizar-se plenamente. Alguns podem mesmo ter efeitos recessivos no curto e médio-prazo, como é o caso de medidas de redução da protecção de emprego e dos subsídios de desemprego. Em geral, a dimensão dos impactos depende do contexto macroeconómico em que são implementadas, da combinação de políticas utilizada e do ponto de partida de cada país nas diferentes áreas a reformar.

Um aspecto desconcertante do discurso da AD sobre o efeito milagroso das reformas é colocá-las todas no mesmo saco e ignorar os efeitos contraditórios que algumas poderão ter. Outro é a tendência para ignorar as medidas implementadas em Portugal no mesmo sentido ao longo dos anos, tanto pelo PSD como pelo PS, muitas delas por governos maioritários que tiveram todas as condições para pôr em prática o que preconizavam.

Entre 2011 e 2015, no âmbito do programa de ajustamento com a *troika*, o governo PSD/CDS alterou substancialmente a lei laboral. Facilitou-se o despedimento individual e colectivo, reduzindo-se as indemnizações aos trabalhadores dispensados. Flexibilizaram-se os horários de trabalho, introduzindo o banco de horas e redução das compensações por horas extraordinárias. A negociação colectiva foi enfraquecida. Reduziu-se a duração e o montante dos subsídios de desemprego. Antes disso, o país já tinha assistido a duas grandes reformas da lei laboral, nos governos de Durão Barroso

(2003) e de José Sócrates (2009), com medidas tomadas no mesmo sentido.

Portugal ficou também conhecido pelas reformas da segurança social de 2006, pelas sucessivas gerações do Simplex, o programa de modernização da administração pública, e por diversas alterações à legislação da empresa. Isto explica a evolução do país em vários estudos relacionados com os domínios em causa. Por exemplo, ao longo das últimas duas décadas, Portugal evoluiu em todos os indicadores do relatório *Doing Business* do Banco Mundial. Numa escala de 0 (pior desempenho) a 100 (melhor desempenho), a pontuação do país passou de: 61,8 para 90,9 nos procedimentos de abertura de empresas; de 50,6 para 73,2 nas licenças de construção; de 59,5 para 78,4 no registo de propriedade; de 75,0 para 83,7 no pagamento de impostos; de 82,6 para 100 nas transacções transfronteiriças; ou de 66,0 para 80,2 na resolução de insolvências. De acordo com o relatório *Going for Growth*, da OCDE, a eficiência da regulação do mercado de produtos em Portugal é hoje superior à média dos países daquela organização e muito próxima da média dos cinco países

com melhor desempenho.

É certo que em qualquer uma destas áreas ainda é possível fazer melhor. Mas Portugal está longe de ser um país onde as reformas estão todas por fazer, pelo que esperar grandes impactos no PIB de medidas que andam a ser implementadas há anos, por governos de várias cores, está para lá da fé ou da ambição.

O mesmo se pode dizer dos efeitos esperados da anunciada descida de IRC. De tão intuitiva, a ideia parece óbvia: se descermos os impostos sobre os lucros, mais empresas quererão investir no país. Mas a ideia esbarra em alguns dados. Primeiro, 40% das empresas portuguesas não pagam IRC. Segundo, 0,2% das empresas são responsáveis por mais de metade das receitas deste imposto. Terceiro, os grandes investimentos produtivos em Portugal são realizados ao abrigo de regimes contratuais com o Estado, que permitem às empresas em causa beneficiar de taxas reduzidas ou de isenção de impostos (a par de outros apoios financeiros e em espécie). Ou seja, esperar que uma descida de 20% para 17% na taxa de IRC, que recai essencialmente sobre um pequeno grupo de empresas e de investimentos, se traduza num crescimento do PIB duas vezes superior ao esperado, não é razoável.

O cenário da AD é a versão económica da fada sininho, das histórias de Peter Pan: “se acreditares com muita força, tudo se realiza”. A verdade é que não há atalhos para resolver os problemas estruturais da economia portuguesa. A fantasia pode ser útil para ganhar eleições, mas dificilmente serve para governar bem um país.



**Portugal está longe de ser um país onde as reformas estão todas por fazer**

**Economista e professor do ISCTE**